

A Constituição como gazua

Otávio Tirso de Andrade

Na hora em que os brasileiros emigram para sobreviver, não me parece impertinente lembrar ao sr. presidente da República que *viajar não é preciso*. As numerosas caravanas que estão a partir para o exterior integradas por autoridades e seus apaniguados exprimem a indiferença do governo diante dos problemas do povo. Quando as donas-de-casa não podem mais abastecer condignamente a mesa familiar, é um escárnio encher o bolso de privilegiados com *travellers-cheqs* doados pelo Tesouro e mandá-los às compras na Europa, sob o pretexto frívolo de que é necessário fazê-los assinar documentos intercambiáveis através de embaixadas. Os alienados excursionistas saberiam ter havido alta tão grande no preço das rações para cachorro que a classe média urbana mais pobre vê-se impedida de continuar a utilizá-las em ensopados? Não. Não sabem. Há pouco um jovem jornalista inteligente disse em programa de TV que, em suas visitas a Brasília, nunca ouviu um habitante local mencionar a palavra inflação. (Caso fizessem exame de urina nos brasileiros veríamos que todos estão dopados com esteróides inflacionários.)

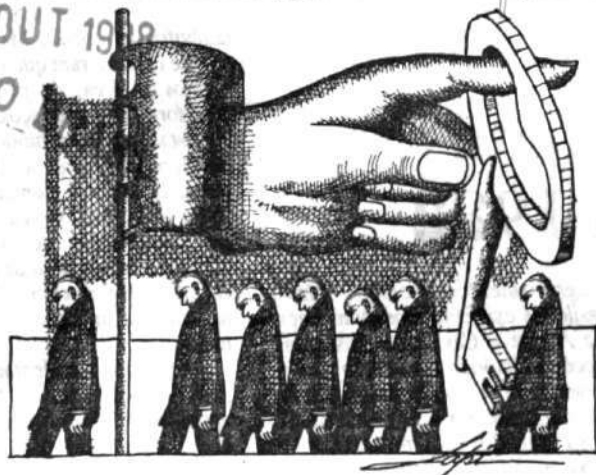
Não sendo competente para administrar, o governo deveria ao menos adotar postura austera. Ainda que fosse por mera encenação mímica, a encarnação de uma estampa de modéstia só contribuiria para melhorar a imagem pública das autoridades. O trem de vida de imperador Bokasa dificulta obter créditos externos e justifica a depreciativa qualificação dada a nosso país pelo general De Gaulle.

O momento não é para festas. A Constituição está pronta. E daí? O texto afinal aprovado não nos mostra a emergência de um Estado moderno. As teses populistas impostas pela minoria à maioria desatenta e preguiçosa não encherão de comida o prato do povo. Ao contrário: dificultarão fomentar o desenvolvimento econômico e, simultaneamente, preservar a liberdade dos cidadãos. A médio ou curto prazo a Nação deverá optar entre abertura econômica e progresso em liberdade ou socialização e miséria geral, com a Nomenklatura a desfrutar mordomias.

O governo socialista no Rio de Janeiro mostra até aos mais obtusos o que é a esquerda no poder. Imediatamente após empossar-se, o prefeito escarrapachou-se na bela dacha da municipalidade, no Alto da Boa Vista e, entre o *cooper* matinal e a *ária de ópera* vespertina, pôs-se a nomear, nomear e nomear até dar com os burros n'água, enquanto o seu destemperado vice supunha possível conquistar posições com o apadrinhamento de calotes entre os compradores de casas populares. Na hipótese de sucumbir o governo federal aos esquerdistas, o lapso de tempo entre a euforia da festa inaugural e a hora da verdade obviamente terá maior duração. As conseqüências desastrosas para a sociedade também serão mais dolorosas. Talvez até revolucionárias, se o poder vier efetivamente a ser entregue a certas figuras excessivamente conhecidas.

As potencialidades econômicas locais e a disposição para trabalho sério de muitos brasileiros — como vemos na indústria e na atividade agropastoril — às vezes fazem-nos supor haver-mos ultrapassado o *point-of-no-return* na marcha para o progresso. Levando-se em consideração, porém, a velocidade ascensional com que as economias efetivamente modernas afastam-se de nossos níveis, o empobrecimento de nossa classe média e, *last but not the least*, o porco enriquecimento da burocracia parasitária, vem-nos à memória o que aconteceu à Argentina. O grande vizinho do sul foi empurrado para o aglomerado das nações sem importância apesar de haver atingido níveis de instrução da massa popular, e de ilustração das elites, como o Brasil ainda não conseguiu até agora. (Mesmo com bomba atômica, a Argentina não se torna potência. No dia em que ousasse brandi-la, seria pulverizada por um dos grandes propriamente ditos.) A que se deve o retrocesso julgado impossível quando Buenos Aires figurava entre as melhores capitais civilizadas e a Argentina era um dos quatro ou cinco países mais ricos do mundo? A peste populista.

Nada fizeram os senhores constituintes para impedir reproduza-se aqui o melancólico cenário acima descrito. A atroada da mídia engalanada com a próxima promulgação da Carta não muda a fera em bela. Nos meios políticos não se



constata a alegria verdadeira que marca o fim das obras bem realizadas. A imensa Constituição tem cerca de 300 artigos e requer mais de 200 leis ordinárias para viger plenamente. Com que resultado? A partir de outubro viveremos em regime ainda mais ambíguo do que o atual. A importação de técnica e capitais indispensáveis às economias modernas é proibida. A burocracia preservou seu papel de classe dirigente, como quer a *intelligentsia* que só encontra exatúrio na administração pública. O passo irreversível para o socialismo ficou, porém, na soleira do edifício constitucional. Não é por outro motivo que o PT se negou a aprovar o texto definitivo.

Os falaciosos pregadores da divisão de riquezas verão o número de habitantes aumentar mais rapidamente do que os bens a partilhar. Ao opor-se à livre criação de riquezas, a Constituição só deixará a via bárbara do aborto como solução aos problemas demográficos. Os diversos partidos comunistas apoiaram tudo isso alegremente. É natural: as clínicas abortíferas — aprendemos em Pierre Chauu — são o complemento normal do Goulag.

Aos que conheceram a política espanhola em 1935 e 1936 chamo a atenção para algumas coincidências entre o acontecido lá e o que ocorre aqui. Ao participarem da luta antifascista suscitada pela desventura das agressões de Mussolini à Abissínia e de Hitler às democracias européias, os liberais não viram que a República espanhola sucumbira aos marxistas-leninistas muito antes de irromper a revolução. No período transcorrido entre as eleições de fevereiro de 36 e a insurreição militar (julho do mesmo ano) a presidência da Espanha era ocupada por um político, Alcalá Zamora, cujas tergiversações diante de acontecimentos graves haviam alienado o apoio dos partidos em luta. (Veja-se *Spain*. Philip Carr. pág. 642. Oxford.) Agiram rápido os marxistas. Alçaram ao poder o "centro-esquerda" Manuel Azaná (o centro-esquerda espanhol daquele tempo era o que o PMDB pensa que é).

As numerosas facções republicanas tinham a liderança o sindicalista Largo Caballero e teóricos da "nova-esquerda", Araquistán e Alvaro del Vayo, "que ya preparaban su leninización de la Republica y veían en Azaña um Kerensky" (Salvador de Madariaga. *Memórias* pág. 558). A Constituição foi então utilizada "como gazua para abrirle a Azaña la puerta de la Presidencia" (Idem). Muito significativo, não acham? Algum tempo depois irrompia uma das mais sangrentas guerras civis da História...

Nas suas advertências à Frente Popular o líder da Union General de Trabajadores, Largo Caballero, dizia abertamente: "Esperem que os republicanos demonstrem incompetência para governar. Aí, então, tomem o governo!" Também aqui vimos e ouvimos a esquerda jurar amor eterno à nova Constituição. A propósito anotemos estas outras palavras do mesmo Caballero: "Queremos uma república sem luta de classes. Mas, para isto, é necessário que uma classe desapareça". (Philip Carr Ob. cit.)

Nem sempre a História se repete como comédia. Às vezes assume contornos de tragédia. (Karl Marx. *Oeuvres Philosophiques*. Pleiade. Pág. 386.)